



## CÂMARA MUNICIPAL DE PARAOPEBA ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata da sétima Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Paraopeba/MG, realizada no dia dois de maio de dois mil e vinte e três, das dezenove horas e treze minutos às vinte horas e trinta e quatro minutos, no salão “Alcides Pereira da Cunha”, situado na Avenida Dom Cirilo, nº447, presentes os seguintes Edis: Alonso Fábio da Silva, Carlos Roberto da Silveira, Hernani Willer de Sousa, Jorge Luiz Maciel da Mata, Lucídio Iustáquio Pio, Mauro Rodrigues Brasilino, Mona Lisa Cardoso Mota, Nataniel Henrique de Almeida Gomes, Reinaldo José Pereira, Ricardo dos Santos Campos e Tanner José Barbosa. Após a constatação da presença dos nobres Edis, o Presidente cumprimentou aos presentes, efetuou a leitura do texto bíblico e juntos rezaram a oração do pai nosso. Antes de prosseguir, o presidente sugeriu que fosse invertida a ordem da reunião para que os inscritos na tribuna, que deveriam falar ao final, fossem ouvidos preliminarmente. Em votação, todos aderiram à proposta. Passou-se então à **TRIBUNA LIVRE**, oportunidade em que os representantes da EMATER/MG apresentaram o relatório anual de ações: trabalhos desenvolvidos e resultados alcançados no ano de 2022. Ato contínuo, seguindo os ditames regimentais, o Presidente solicitou ao Primeiro Secretário que procedesse a leitura das correspondências e a leitura do Expediente, tal como se segue: **LEITURA DO EXPEDIENTE:** Projeto de Lei nº 017/2023 que “Declara de Utilidade Pública Municipal o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Paraopeba, “CONSEP” na forma que menciona. ” Ao Projeto de Lei nº 017/2023, o parecer da Comissão de Justiça e Redação. Indicação nº 035/2023. Moções nº 037/2023 ao nº 047/2023. Tribuna Livre: EMATER/MG - Apresentará o relatório anual de ações: trabalhos desenvolvidos e resultados alcançados no ano de 2022. Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade. Ato contínuo passou-se ao **PEQUENO EXPEDIENTE:** A primeira inscrita foi a Edil Mona Lisa Cardoso Mota que agradeceu a presença dos representantes da EMATER/MG e posteriormente chamou a atenção para a necessidade de agilizarem a execução da reforma na rua Isaias Correa, haja vista os transtornos causados. Expôs que entende ambos os lados, mas citou a importância de acelerarem as obras. Em seguida esclareceu que sua fala não possui tom de crítica ou cobrança, mas de sugestão. Por fim, citou a importância do diálogo entre as diferentes esferas do poder público municipal, sobretudo acerca dos problemas da UPA. O segundo inscrito foi o Edil Nataniel Henrique de Almeida Gomes que narrou os recentes ocorridos na UPA. Declarou que faz um trabalho sério e por isso requer respeito do Exmo. Sr. Prefeito. Relatou que em recente episódio uma criança deu entrada na UPA por volta das 12:00 e às 20:00 ainda não havia sido atendida, além de não ter sido oferecido nenhum alimento para a criança que precisou ser levado ao posto de saúde central para receber atendimento. Citou, ainda, outra situação envolvendo um homem que também aguardou o mesmo tempo na unidade. Assentou que sua bandeira é a saúde e por ela lutará até o fim. Em seguida, indagou o fato de o Presidente Dr. Felipe Massote ter comunicado que poderia, inclusive, acionar a polícia para conter os vereadores que buscam ter acesso à UPA, bem como para a população caso seja necessário. Posteriormente, esclareceu que esporte, cultura e eventos são, de fato, importantes. Entretanto, a saúde deve ser prioridade. Informou que ao seu ver, festas do município devem priorizar os barraqueiros do município, tanto na venda de comida, quanto de bebida. Ressaltou que a fiscalização faz parte das funções do vereador e continuará onde houver dinheiro público. Afirmou que não se trata de “palanque eleitoral”, mas de um trabalho sério que continuará em prol do povo. Reiterou que a criança mencionada recebeu uma pulseira amarela e conforme preconizado pelo



## CÂMARA MUNICIPAL DE PARAOPEBA ESTADO DE MINAS GERAIS

Protocolo de Manchester deveria ter sido atendida em até 60 minutos, entretanto aguardou mais de 8h. Revelou: “Um absurdo”. Em seguida discorreu acerca de uma pessoa que aguardava a realização de um processo seletivo para preenchimento de vaga de nutricionista e que este não foi realizado, sendo a vaga preenchida por uma pessoa que participou de um processo seletivo de outra área e, por fim, questionou o ocorrido. O segundo inscrito foi o Edil Carlos Roberto da Silveira que inicialmente questionou o atendimento prestado na UPA e chamou a atenção para o valor que a prefeitura repassa mensalmente: R\$320.000,00. Afirmou que quando alguém busca uma casa de saúde é porque necessita de atendimento. Reafirmou que a unidade necessita de alguém que preste esclarecimentos aos que estão aguardando, pois atualmente as pessoas aguardam horas sem sequer saber o que está acontecendo na unidade. Questionou o fato da UPA receber apenas reclamações, enquanto observa uma melhora nas demais unidades de saúde do município. Arrazou que o vereador deve manter a urbanidade ao acessar a unidade de saúde, mas considera um absurdo cogitarem chamar a polícia para vereadores que estão atuando dentro de suas atribuições. Ressaltou a necessidade de o problema ser resolvido com união e diálogo. Por fim, parabenizou os bons profissionais da saúde que trabalham com afinco e dedicação. Concedido um aparte ao Edil Nataniel Henrique de Almeida Gomes, este expôs que os cofres públicos municipais possuem um saldo de mais de 30 milhões de reais e a saúde carece de melhorias. Novamente de posse da palavra, o Edil Carlos Roberto da Silveira encerrou apontando que o caminho para a resolução do problema não é acionar a polícia para vereador e muito menos para munícipe, mas sim com diálogo e entendimento. O terceiro inscrito foi o Edil Reinaldo José Pereira que inicialmente ressaltou o trabalho dos vereadores e citou que o objetivo é a busca pelo bem do povo. Em seguida discorreu que todas as áreas têm sua importância, mas a saúde deve ser prioridade. Destacou, em seguida, o trabalho dos professores em geral e citou o brilhante trabalho dos professores das creches municipais. Retomou a questão da UPA e narrou diversos ocorridos envolvendo atrasos no atendimento. Citou que seu filho havia se machucado e foi levado para a UPA. Questionou o fato de o RAIO-X ser realizado somente após sua solicitação. Assentou: “Parece que estão querendo economizar. ”. Em seguida exprimiu sua indignação após aguardar mais de 2h e nada acontecer, mesmo com a unidade vazia. Por fim, cobrou melhoras e apontou que medidas devem ser tomadas, pois no fim quem sofre é a população. O quarto inscrito foi o Edil Jorge Luiz Maciel da Mata que refletiu o fato do município ter investido no ano passado R\$ 3.840.000,00 na UPA e discutiu que é nítido que há um problema. Questionou, ainda, o fato de o Presidente da referida instituição cogitar se utilizar de força policial contra os Vereadores. Informou que o Vereador está em exercício legal dos seus direitos ao visitar qualquer instituição que receba aplicação de recursos públicos. Aludiu que é necessário a realização de uma reunião entre os Vereadores, Prefeito, Direção e Presidência da UPA com a maior brevidade possível. Por fim argumentou que o repasse financeiro está sendo feito, a atenção básica está fazendo seu trabalho e a urgência carece de diversas melhorias. O quinto inscrito foi o Edil Lucídio Iustáquio Pio que expôs ser solidário às palavras do Edil Nataniel Henrique e citou não ser novidade para ninguém os diversos problemas da unidade. Articulou que enquanto representantes do povo, precisam buscar uma solução, caso contrário seriam omissos. Testemunhou ter vivenciado situações tristes na unidade, como o dia em que levou seu filho que havia sofrido um acidente e demorou cerca de 6 horas para ser atendido. Esclareceu que o acidente não havia sido grave e ele tinha



## CÂMARA MUNICIPAL DE PARAOPEBA ESTADO DE MINAS GERAIS

condições de aguardar. Entretanto, nesse período de espera havia uma criança que necessitava de atendimento e teve que aguardar as mesmas 6 horas. Articulou que sua reclamação é quanto à instituição e não aos funcionários da recepção e triagem. Por fim, confessou que não sabe ao certo o problema, mas o atendimento precisa melhorar. Mencionou até a possibilidade de a Administração Pública assumir a unidade como forma de resolver esse imbróglio. O sexto inscrito foi o Presidente Mauro Rodrigues Brasilino que inicialmente relatou sua perplexidade ao receber um ofício do Presidente da UPA. Arrazoou que faz parte das atribuições do vereador a fiscalização da aplicação do dinheiro público e expressou sua indignação com a possibilidade de acionarem a polícia para vereador, como mencionado no ofício supracitado. Refletiu que a primeira atitude da UPA deveria ter sido a solicitação de uma reunião com todos os vereadores ou com a Comissão de Saúde para averiguarem os ocorridos e a partir de aí tomarem medidas. Comunicou que o vereador ao ser solicitado por algum munícipe, mantém a calma e tenta ajudar. Entretanto, não é possível exigir calma de pais ou responsáveis que estão aguardando mais de 06h para seus filhos serem atendidos. A revolta é mais do que compreensível, assentou. Concedido um aparte à Edil Mona Lisa Cardoso Mota comunicou que o município faz uma repasse financeiro para a UPA e nada tem a ver com sua administração. Em seguida o Edil Jorge Luiz Maciel da Mata esclareceu que a administração da UPA não possui relação com a administração municipal. Informou que o município compra o serviço e refletiu que a contrapartida por parte da UPA não está sendo realizada de forma adequada. Novamente de posse da palavra o Presidente Mauro Rodrigues Brasilino solicitou que fosse marcada a reunião como sugerido anteriormente pelos Edis e declamou, novamente, o direito de fiscalização do Vereador. Por fim, apontou que o Vereador não pode tumultuar o serviço da unidade de saúde, mas a função de fiscalização do Vereador é inerente à sua atribuição. Não havendo mais nenhuma inscrito, passou-se à **ORDEM DO DIA:** Foi submetida à única discussão e votação o Projeto de Lei nº 017/2023 que “Declara de Utilidade Pública Municipal o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Paraopeba, “CONSEP” na forma que menciona. De posse da palavra, o Edil Ricardo dos Santos Campos, autor do Projeto de Lei em tela, relatou a importância do CONSEP para o município de Paraopeba, destacou suas diversas contribuições e solicitou apoio dos edis. Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais matéria a ser deliberada, passou-se então ao **GRANDE EXPEDIENTE:** o primeiro inscrito foi o Edil Nataniel Henrique de Almeida Gomes que reiterou suas reclamações acerca da UPA. Destacou que o Vereador não possui obrigação de ajudar na área da saúde, mas é algo que fará em prol do município. Alegou, ainda, que em recente ocorrido um paciente de Paraopeba necessita de oxigênio e semanalmente recebe uma quantidade aquém do básico para sua sobrevivência. E que ao solicitar uma quantidade adequada, não foi bem atendido pela Secretária Municipal de Saúde. Por fim, questionou o valor pago aos plantonistas. Ao passo que fora informado que ninguém se inscreveu, e não havendo mais matéria a ser deliberada, o presidente, em nome de Deus e do povo de Paraopeba, encerrou os trabalhos e eu, aos dois de maio de dois mil e vinte e três, lavrei a presente ata que será, após lida e aprovada, assinada por todos.

PRESIDENTE – Mauro Rodrigues Brasilino \_\_\_\_\_

VICE-PRESIDENTE – Reinaldo José Pereira \_\_\_\_\_



**CÂMARA MUNICIPAL DE PARAOPEBA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

1º SECRETÁRIO – Hernani Willer de Sousa \_\_\_\_\_

2º SECRETÁRIO – Ricardo dos Santos Campos \_\_\_\_\_

Alonso Fábio da Silva \_\_\_\_\_

Carlos Roberto da Silveira \_\_\_\_\_

Jorge Luiz Maciel da Mata \_\_\_\_\_

Lucídio Iustáqui Pio \_\_\_\_\_

Mona Lisa Cardoso Mota \_\_\_\_\_

Nataniel Henrique de Almeida Gomes \_\_\_\_\_

Tanner José Barbosa \_\_\_\_\_

